



TERÇA-FEIRA,
18 de Agosto de 2026

DIÁRIO DO ESTADO MT

O Jornal diário do Mato Grosso

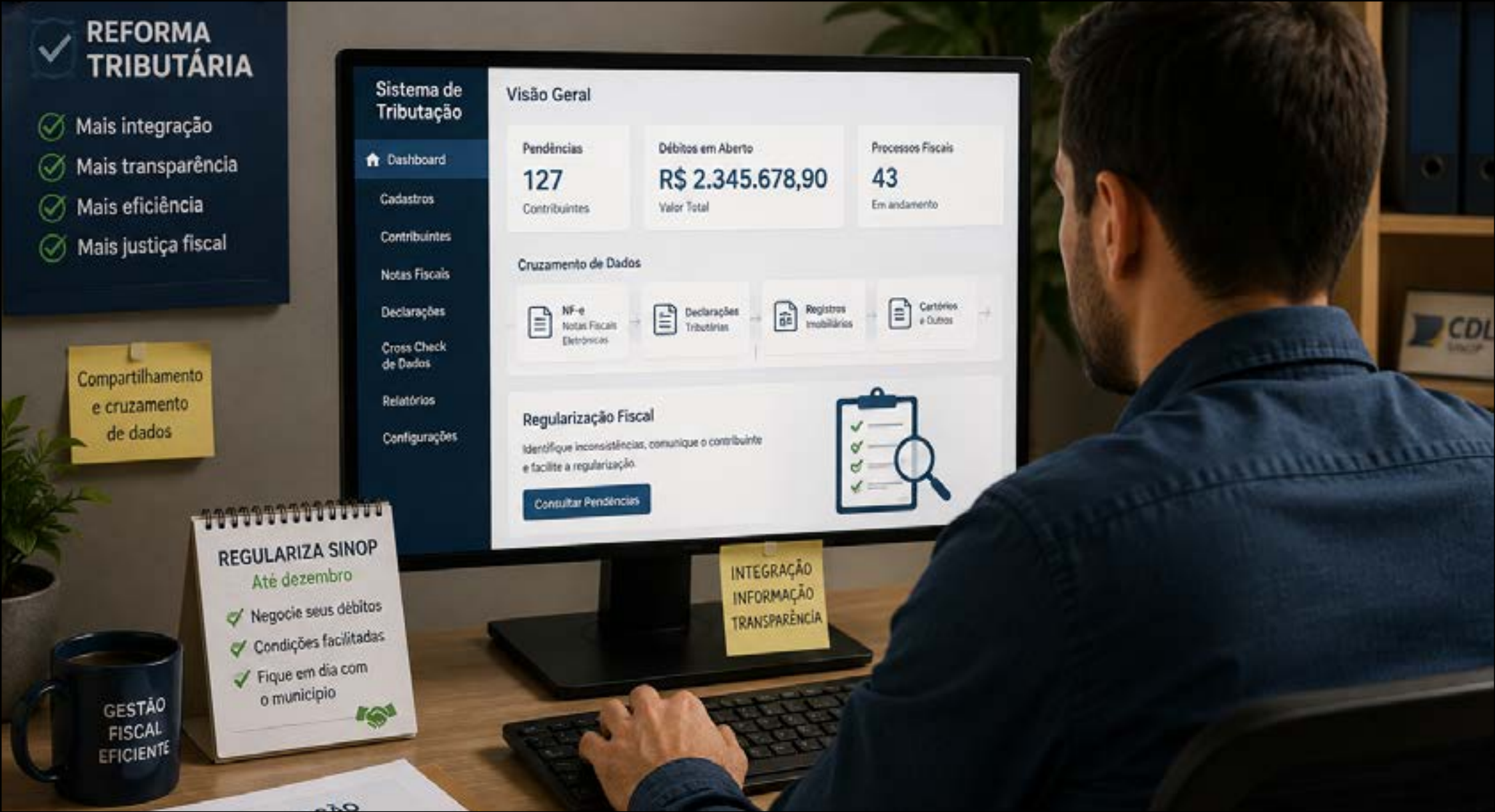
Ano VII - Edição 1864 - Informações 66 99984-4633 / 99994-3338 | www.diariodoestadomt.com.br | Fundado em 2019



REFORMA TRIBUTÁRIA EXIGIRÁ ADAPTAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA REGULARIZAÇÃO FISCAL

NÍVEL NACIONAL | A implantação da reforma tributária já começa a produzir reflexos diretos na rotina de estados, municípios e contribuintes. Em Sinop, o processo de adequação envolve desde a modernização dos cadastros municipais até o cruzamento de informações fiscais.

Página - 3



Soja (saca 60Kg) Venda	
Sinop	R\$ 122,95
Sorriso	R\$ 123,40
Lucas R. Verde.....	R\$ 123,80
Nova Mutum.....	R\$ 124,20
Rondonópolis.....	R\$ 130,10
Fonte: IMEA	
Milho (saca 60Kg) Venda	
Sinop	R\$ 42,50
Sorriso	R\$ 43,00
Lucas R. Verde.....	R\$ 41,00
Nova Mutum.....	R\$ 41,40
Rondonópolis.....	R\$ 46,60
Fonte: IMEA	
Arroz (saca 60Kg) Venda	
Sinop	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera.....	R\$ 96,00
Sorriso	
Arroz Sequeiro Cultivar Primavera.....	R\$ 96,00
Fonte: AGROLINK	
Algodão	
Cuiabá	R\$ 131,94
Sorriso	R\$ 138,83
Lucas R. Verde.....	R\$ 130,84
Nova Mutum.....	R\$ 131,21
Rondonópolis.....	R\$ 132,87
Fonte: IMEA	
Boi Gordo (Compra comercial)	
Sinop	R\$ 320,27
Nova Mutum	R\$ 323,33
Rondonópolis	R\$ 322,04
Fonte: IMEA	
Índice de preços	
Cesta Básica.....	R\$ 944,73
Fonte: IMEA	

Cotações	
	Dólar -0,26% R\$ 5,1150
	Bovespa -0,11% 177.696,58
	Euro -0,35% R\$ 5,9034
Selic (14 % a.a.)	Salário mínimo R\$ 1.621,00



DIVULGAÇÃO

PERCENT BRASIL: PESQUISA APONTA FAGUNDES LÍDER NA CORRIDA EM MT

O primeiro levantamento da Percent Brasil após as convenções partidárias foi divulgado no domingo, dia 16. A pesquisa atualiza o cenário da disputa pelo Governo de Mato Grosso e mostra avanço dos três principais nomes. Na pesquisa estimulada, Wellington Fagundes lidera com 32% das intenções de voto.

Página 4

PATERNIDADE

Reconhecimento em cartório cresce

DIVULGAÇÃO



Mato Grosso convive com duas realidades quando o assunto é reconhecimento de paternidade. Enquanto cerca de 4,3 mil crianças continuam sendo registradas todos os anos apenas com o nome da mãe, um número cada vez maior de pais tem procurado espontaneamente os Cartórios de Registro Civil do estado para reconhecer oficialmente seus filhos.

Página 5



L.R. VERDE

Página 3

SORRISO

Noêmia Dal Molin está interligada à MT-560

DIVULGAÇÃO



A Avenida Noêmia Dal Molin já está interligada à MT-560, em Sorriso. Por isso, a partir desta semana, ela será a única via de acesso à rodovia estadual na Zona Oeste.

Página 8

Amazonia Seguros

Todo tipo de seguro a gente faz!

(66)99985-4325
@amazoniasseguros
www.amazoniasseguros.com.br
Av. Gov. Júlio Campos, 1245
St. Comercial, Sinop - MT

Pesquisa da Percent Brasil aponta WF líder na corrida ao Governo

PERCENT BRASIL. Levantamento aponta ainda um impressionante percentual de 24,5% de indecisos no estado

CLEMERSON SM

O primeiro levantamento da Percent Brasil após as convenções partidárias foi divulgado no domingo, dia 16. A pesquisa atualiza o cenário da disputa pelo Governo de Mato Grosso e mostra avanço dos três principais nomes. Na pesquisa estimulada, Wellington Fagundes (PL) lidera com 32% das intenções de voto. O senador avançou quatro pontos percentuais em relação ao levantamento anterior, realizado em julho, quando tinha 28%.

Otaviano Pivetta (Republicanos) aparece em segundo lugar, com 21%. O governador também cresceu em relação à pesquisa anterior, passando de 18,7% para 21%. Natasha Silhessarenko (PSD) ocupa a terceira posição, com 11%, ante 8,4% em julho. Sargento Laudicério (Avante) tem 2,1%, Rafaell Millas registra 1,1% e Maurício Coelho aparece com 0,8%.

O levantamento mostra ainda uma fatia relevante do eleitorado sem escolha definida. Brancos e nulos representam 7,5% das intenções de voto, enquanto 24,5% dos entrevistados estão indecisos ou não souberam responder. Os números indicam que, apesar da vantagem dos principais candidatos, quase um quarto do eleitorado ainda não definiu sua preferência na disputa pelo Palácio Paiaaguás.

Na pesquisa espontânea,

em que os nomes dos candidatos não são apresentados aos entrevistados, Wellington aparece com 10,6%. Pivetta é citado por 9,3% e Natasha por 1,7%. Rafaell Millas e Sargento Laudicério registram 0,3% cada. Outros 3,4% dizem votar branco ou nulo, 2% não responderam e 72,4% ainda não sabem em quem votar.

A pesquisa também mediu a rejeição dos candidatos, perguntando em qual deles o eleitor não votaria de jeito nenhum. Wellington registra 8,1% de rejeição, seguido por Pivetta, com 7,5%, e Natasha, com 5,3%. Rafaell Millas aparece com 4,3%, Sargento Laudicério com 3,6% e Maurício Coelho com 3%.

Outros 22,9% dos entrevistados afirmaram não rejeitar nenhum candidato. Já 39,9% não souberam responder à pergunta, enquanto 5,4% preferiram não responder. O quadro de rejeição, portanto, também apresenta uma parcela expressiva de eleitores sem posição definida, o que pode alterar o equilíbrio da disputa ao longo da campanha.

A Percent Brasil simulou ainda dois cenários de segundo turno. No confronto entre Wellington Fagundes e Natasha Silhessarenko, o senador aparece com 40,8% das intenções de voto, enquanto a médica registra 15,2%. Nesse cenário, 32,5% dos entrevistados estão indecisos, 10,5% votariam branco ou nulo e 1% não respondeu.



Pesquisa após convenções mostra avanço dos líderes

Na segunda simulação, entre Wellington e Otaviano Pivetta, o senador também aparece na frente. Wellington alcança 34,8%, contra 24% do governador. Os indecisos re-

presentam 30,2% dos entrevistados, enquanto 9,6% afirmam que votariam branco ou nulo. Outros 1,4% não responderam à pergunta.

A pesquisa ouviu 1.200

eleitores entre os dias 7 e 10 de agosto. A margem de erro é de 2,83 pontos percentuais, para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%. O levantamento

está registrado na Justiça Eleitoral sob os números BR-01495/2026 e MT-03154/2026. A pesquisa anterior, utilizada para comparação, tem registro MT-02251/2026.

OPERAÇÃO HERITAGE

CPI da Oi ganha força na AL

DA REPORTAGEM

Um requerimento para abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os contratos consignados e o acordo de precatórios da Oi S.A. voltou a circular nos corredores da Assembleia Legislativa na volta do recesso parlamentar.

O documento já soma 7 assinaturas, faltando apenas uma para atingir o quórum mínimo e seguir para leitura em Plenário. Com isso, o ambiente na Casa ficou tomado por conversas paralelas e articulações informais entre parlamentares logo após a repercussão da Operação Heritage, deflagrada pela Polícia Federal com autorização do Supremo Tribunal Federal. Assessores circulavam entre os gabinetes buscando adesões à lista, enquanto lideranças partidárias avaliavam os efeitos políticos da investigação a menos de dois meses das eleições.

Divergências ficaram evidentes entre a bancada

governista e a oposição. Da base aliada ao governador Otaviano Pivetta, o deputado Diego Guimarães pediu prudência antes de qualquer decisão sobre o colegiado investigativo, ponderando que, a poucos dias da eleição, é preciso evitar que a apuração perca o caráter técnico e se transforme em instrumento eleitoreiro, explorado por adversários do governo no pleito. Do lado oposto, o deputado Valdir Barranco classificou como ‘vergonhosa’ a demora da Casa em reagir às denúncias que, segundo ele, já eram de conhecimento público, e disse lamentar que os próprios colegas tenham deixado a situação chegar a esse ponto, mesmo diante de um caso de corrupção que já circulava informalmente no parlamento. Ele cobrou que os deputados que ainda não assinaram o requerimento o façam o quanto antes.

Já o deputado Júlio Campos adotou tom mais cauteloso, reconhecendo o avanço da coleta de assinatu-



FOTO: ASSESSORIA

Requerimento já reúne 7 assinaturas na ALMT

ras, mas ponderando sobre a utilidade de uma CPI paralela ao inquérito conduzido pela PF. Segundo ele, a profundidade das buscas e quebras de sigilo já realizadas pela

Polícia Federal indica que a investigação avançou de forma significativa, embora tenha afirmado que participará do colegiado caso este seja instalado.

FIM DA LINHA?

Jayme descarta Prefeitura de VG e mantém futuro em aberto

DA REPORTAGEM

Aos 75 anos, o senador Jayme Campos retirou a Prefeitura de Várzea Grande de seus planos para 2028, mas evitou tratar a decisão como uma despedida da política. Fora da disputa eleitoral deste ano, ele pretende concentrar sua atuação nas campanhas de Wellington Fagundes (PL) ao Governo de Mato Grosso e de Janaina Riva (MDB) ao Senado. “Não tenho nenhuma pretensão de ser prefeito de Várzea Grande. Nada, zero, por enquanto”, afirmou.

Apesar de descartar uma nova candidatura ao comando do município, Jayme não fechou a porta para disputar outro cargo no futuro. Questionado sobre os planos depois do fim do mandato no Senado, preferiu não antecipar uma decisão. “O futuro a Deus pertence. Nesse momento, não tenho nenhuma pretensão”, declarou.

A resposta mantém em aberto o destino político do senador, que completa 75 anos e, neste momento, de-

cidu não disputar uma eleição em 2026. A prioridade, segundo ele, será contribuir para as campanhas de aliados e colocar sua experiência política à disposição das candidaturas. Jayme tentou viabilizar sua própria candidatura ao Governo de Mato Grosso, mas perdeu espaço dentro do União Brasil após a definição da legenda de apoiar a reeleição de Otaviano Pivetta. O movimento provocou uma ruptura no grupo político e aproximou o senador da candidatura de Wellington Fagundes, que passou a contar com sua participação na articulação eleitoral.Sem candidatura própria em 2026, Jayme pretende percorrer o Estado para trabalhar pela eleição de Wellington e Janaina. O senador afirma que sua principal contribuição deverá ocorrer nas ruas, em contato direto com as bases eleitorais e com lideranças dos municípios. A estratégia é utilizar a experiência acumulada ao longo da carreira para ampliar a mobilização política das campanhas.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Senador não deve disputar mais cargos eletivos

30 ANOS DE SEGURANÇA

MT acompanhou evolução da urna eletrônica

DA REPORTAGEM

Mato Grosso acompanhou de perto a transformação tecnológica da votação brasileira, iniciada há 30 anos com a implantação da urna eletrônica. O primeiro modelo, UE96, foi utilizado em 1996, ainda de forma restrita às eleições municipais. Em Mato Grosso, Cuiabá esteve entre as capitais que participaram da experiência inicial e registrou adesão rápida ao novo sistema.

“Em Mato Grosso, a urna eletrônica foi muito bem aceita. Cuiabá foi uma das primeiras cidades a terminar a votação. A população votou sem dificuldade, não houve nenhum tipo de transtorno”, afirma Carlos Henrique Cândido, coordenador de Soluções Corporativas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

Em 1998, a UE98 foi utilizada em Cuiabá e em quatro polos regionais: Sinop, Cáceres, Rondonópolis e Várzea Grande. O equipamento passou a exibir a fotografia dos candidatos e deixou de imprimir diretamente o voto. Para Cândido, a sucessão

de mecanismos de segurança também é uma resposta à desinformação sobre o processo eleitoral. “Existem fake news, existem fatos que nunca passaram por uma urna, existem histórias contadas, e isso vai criando no imaginário do eleitor a ideia da possibilidade de fraude”, afirmou. A avaliação do servidor é que a desinformação pode criar dúvidas mesmo diante dos mecanismos de fiscalização existentes.

O TRE-MT afirma que existem mais de 30 barreiras contra possíveis manipulações da urna. A proteção não se limita ao equipamento e envolve pessoas responsáveis pela fiscalização durante a votação.

A confiabilidade do sistema também está relacionada à ausência de conexão da urna com a internet e ao rigoroso ciclo de vida do equipamento.

Mais de 100 entidades fiscalizadoras acompanham diferentes etapas do processo eleitoral, entre elas o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partidos políticos e as Forças Armadas.



FOTO: REPRODUÇÃO

Estado participou dos primeiros testes do equipamento

AGRICULTURA	PECUÁRIA	CONJUNTURA ECONÔMICA	Dólar Comercial	Dólar PTAX	Dólar Turismo	Euro Comercial	Euro x Dólar
Cotação do dia: 05/08/2026	Cotação do dia: 05/08/2026	Cotação do dia: 31/07/2026	5,1150 -0,26%	5,1154 +0,20%	5,3338 -0,13%	5,9034 -0,35%	1,1554 +0,34%
SOJA Sinop R\$/sc 122,95 MILHO Nova Mutum R\$/sc 41,40 ALGODÃO Sapezal R\$/@ 130,81	BOI Araputanga R\$/@ 322,50 VACA Guarantã do Norte R\$/@ 301,15 LEITE Norte R\$/l 2,27	Cesta Básica Cuiabá R\$ 944,73 VBP MT Mato Grosso R\$ bi 211,83 Emp. Agro Mato Grosso 440.874	Mega-Sena Concurso 3040 03 06 24 30 49 54	Quina Concurso 7084 17 22 36 54 63	Bolsa de Valores BVSP Bovespa IND		
Pontos 177.696,58	Volume 14,80 bi	Máxima (Dia) 180.194,52	Minima (Dia) 177.690,45	Varição -0,11 %			

Reforma tributária exige adaptação e importância da regularização fiscal

REFORÇANDO. Legislação baseada no compartilhamento e no cruzamento de dados entre União, estados e municípios

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A implantação da reforma tributária já começa a produzir reflexos diretos na rotina de estados, municípios e contribuintes. Em Sinop, o processo de adequação envolve desde a modernização dos cadastros municipais até o cruzamento de informações fiscais, medida que deve ampliar a capacidade de identificação de inconsistências e estimular a regularização espontânea de débitos. Durante reunião com o presidente da CDL Sinop, Edmundo da Costa Marques Neto, a secretária municipal de Finanças e Orçamento, Ivete Mallmann, explicou que o município vem atendendo às exigências estabelecidas para a transição do novo sistema tributário.

Entre elas estão a elaboração de um plano de trabalho acompanhado pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), a padronização das informações fiscais e a atualização das bases de dados utilizadas pela administração tributária.

Segundo a secretária, Sinop já recebia diversas informações compartilhadas por órgãos estaduais e federais, mas nem sempre essas bases eram utilizadas de forma integrada. Com a reforma tributária, esse cenário muda.

A legislação prevê uma administração tributária mais moderna, baseada no compartilhamento e no cruzamento de dados entre União, estados e municípios, permitindo identificar com maior precisão divergências cadastrais e fiscais.

"Muitas dessas informações o município já recebia,

mas agora existe a necessidade de organizar esses dados e utilizá-los de forma integrada. Estamos vivendo um período de adaptação. A integração das informações será cada vez maior e isso muda a forma de atuação da administração tributária. O objetivo é permitir que o contribuinte regularize sua situação antes que sejam necessárias medidas mais rigorosas", afirmou.

Ela explica que essa nova etapa não representa uma intensificação indiscriminada da fiscalização, mas uma mudança na forma de atuação do Poder Público. Informações provenientes de notas fiscais eletrônicas (NF-e), declarações tributárias, registros imobiliários, cartórios e outros bancos de dados passam a compor um ambiente de inteligência fiscal cada vez mais integrado, conforme previsto na implantação da reforma tributária.

Nos próximos dias, o município deve encaminhar comunicados aos contribuintes que apresentarem pendências ou inconsistências identificadas nesse processo. A intenção é estimular a autorregularização antes da abertura de procedimentos fiscais mais complexos, oferecendo ao contribuinte a oportunidade de apresentar a documentação necessária e regularizar sua situação administrativamente.

REGULARIZA SINOP

Nesse contexto, Ivete ressaltou a importância do programa Regulariza Sinop, que segue até dezembro e oferece condições facilitadas para a negociação de débitos municipais. "A intenção

não é inviabilizar a atividade econômica, mas facilitar a regularização e permitir que empresas e contribuintes se adequem a essa nova realidade", disse.

Segundo ela, o programa ganha ainda mais relevância durante a transição da reforma tributária, pois permite que pessoas físicas e jurídicas regularizem pendências antes que o ambiente de fiscalização se torne mais integrado e eficiente.

Para o setor empresarial, a principal recomendação é revisar a situação cadastral, fiscal e documental das empresas.

A tendência é que operações relacionadas à prestação de serviços, emissão de documentos fiscais, registros imobiliários e demais informações tributárias estejam cada vez mais conectadas entre os entes públicos, reduzindo significativamente a possibilidade de inconsistências permanecerem sem identificação.

O presidente da CDL Sinop reforça que a reforma tributária representa uma mudança estrutural na relação entre os contribuintes e o Poder Público e que os empresários precisam encarar esse processo como definitivo.

"A reforma tributária é uma realidade, está sendo implantada em todo o país e todos precisarão se adequar. Quanto antes o empresário buscar regularizar sua situação, menor será o impacto dessa transição. Nosso papel é orientar o setor produtivo para que ninguém seja surpreendido pelas mudanças", afirmou Edmundo.

Ele também destacou que a CDL acompanha de



FOTO: DIVULGAÇÃO

Sinop passará por intensa regularização de inadimplentes

perto esse processo justamente para levar informações qualificadas aos empresários. "Queremos que o empresário compreenda que essa não é uma iniciativa isolada do município. Trata-se de uma transformação nacional na administração tributária. O melhor caminho é buscar informação, manter a documentação em dia e aproveitar programas como o Regulariza Sinop para resolver eventuais pendências antes que o novo modelo esteja plenamente consolidado", completou.

Além das mudanças

relacionadas à fiscalização, a reunião também abordou a implantação do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB), que exigirá dos municípios bases cadastrais atualizadas, padronizadas e georreferenciadas dos imóveis urbanos, ampliando a integração das informações patrimoniais.

Outro tema discutido foi o período de transição da reforma tributária, que será gradual até a próxima década. Durante esse intervalo, estados e municípios deverão adaptar seus sistemas de arrecadação, fiscalização e gestão tributária, uma vez

que a qualidade das informações prestadas e a eficiência administrativa terão papel importante na distribuição das receitas do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Para Ivete Mallmann, esse é um momento de adaptação tanto para a Administração quanto para os contribuintes. "O objetivo é construir um ambiente de maior conformidade tributária, oferecendo condições para que empresas e cidadãos possam se regularizar e acompanhar as mudanças que já estão em andamento", concluiu.

SAFRA 26/27

AgrochemShow aponta crédito restrito e maior pressão regulatória

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Registro de agrotóxicos, avaliação de risco, cadeia de suprimentos da China, crédito para a safra 2026/27, agricultura regenerativa, tecnologia de aplicação e inteligência artificial estiveram entre os principais temas do 17º Brasil AgrochemShow, realizado nos dias 3 e 4 de agosto, no Centro de Eventos São Luís, em São Paulo.

Organizado pela Allier-Brasil em parceria com o Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional da Indústria Química (CCPIT CHEM), o encontro reuniu aproximadamente 1.000 participantes de 12 países. A exposição abrangeu agroquímicos, bioinsumos, fertilizantes, equipamentos, laboratórios, consultorias, logística e outros serviços para o agronegócio.

O Brasil aprovou o re-

corde de 912 registros de agrotóxicos em 2025 e havia concedido outros 473 até 7 de julho de 2026, segundo dados apresentados por Flavio Hirata, sócio da Allier-Brasil e fundador do look2agro™. O ritmo de aprovações, entretanto, não significa que o acesso ao mercado tenha se tornado rápido. Entre os produtos aprovados em 2025, as ações judiciais reduziram o prazo médio em aproximadamente um ano e meio, mas não eliminaram o passivo regulatório. Hirata também destacou que 158 produtos foram retirados do mercado e 228 pleitos foram cancelados em 2025. Segundo ele, esses casos representam investimentos que não se converteram em produtos disponíveis aos agricultores nem em retorno para as empresas. A apresentação ainda tratou da implantação do Sistema Integrado de Agrotó-



FOTO: DIVULGAÇÃO

Evento reuniu aproximadamente mil participantes de 12 países

xicos, Produtos de Controle Ambiental e Afins (SISPA), do sistema FLORA e do aumento do controle pós-registro.

Adriana Torres de Sousa, gerente de Monitoramento e Avaliação do Risco da Gerência-Geral de Toxicologia da Anvisa, explicou que a RDC nº 998/2025 padronizou a avaliação do risco não dietético para operadores,

trabalhadores de reentrada, residentes e transeuntes. A vigência operacional começou em 1º de junho de 2026, e a apresentação do Documento de Avaliação de Risco Ocupacional e de Residentes (DAROC) passou a ser obrigatória em determinados processos. Pedidos sem o documento podem ficar sobrestados.

DE OLHO

Governo ouvirá os empresários para decidir se aplicará lei contra EUA

DA REPORTAGEM Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que ouvirá os empresários brasileiros e estrangeiros sobre os possíveis impactos da aplicação da Lei da Reciprocidade do Brasil, em resposta ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos. A iniciativa levou a um aumento de 37,5% nos impostos de alguns produtos.

A decisão do governo brasileiro sobre a adoção formal das contramedidas proporcionais para preservar a competitividade comercial

do Brasil virá após essa análise. "O processo de reciprocidade em um país sério, e que quer ouvir quem é afetado pela reciprocidade, demanda oitiva de eventuais interessados e eventuais impactados por uma medida que pode vir ou não a ser adotada no futuro", pontuou o ministro da Fazenda. Na quinta (13), o governo brasileiro oficializou a abertura do processo para a aplicação de medidas de reciprocidade comercial. Em entrevista à imprensa, o chefe da pasta da Fazenda lembrou que a medida legal foi aprovada no ano passado

por unanimidade no Congresso Nacional, mas que é preciso cautela. "[O governo] tem sempre muita cautela e muita responsabilidade para manejá-la". O governo Donald Trump alega práticas comerciais injustas que prejudicam o mercado norte-americano, além da suposta existência de trabalho forçado, para justificar a sobretaxa de parte das exportações brasileiras.

A Lei nº 15.122 estabelece critérios para suspensão de concessões comerciais em resposta a ações, políticas ou práticas unilaterais de outro país que impactem negati-

vamente a competitividade econômica do Brasil. Ou seja, se um país com o qual o Brasil tem relação comercial adota uma medida que o prejudique nessa relação, o governo pode adotar uma série de contramedidas. Dentre elas, impor tributos ou taxas, acabar com isenções ou redução de valores de tarifas de importação, ou restringir importações de bens ou serviços.

Essas contramedidas devem ser, na medida do possível, aplicadas na mesma proporção do preju

Reconhecimento de paternidade em cartório cresce mais de 500%

EM 5 ANOS. MT tem cerca de 4,3 mil crianças registradas por ano apenas com o nome da mãe

FOTO: DIVULGAÇÃO

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Mato Grosso convive com duas realidades quando o assunto é reconhecimento de paternidade. Enquanto cerca de 4,3 mil crianças continuam sendo registradas todos os anos apenas com o nome da mãe, um número cada vez maior de pais tem procurado espontaneamente os Cartórios de Registro Civil do estado para reconhecer oficialmente seus filhos. O movimento tem sido impulsionado também pela ampliação do acesso ao procedimento por meio de uma nova plataforma digital.

Levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) mostra que, entre 2021 e julho de 2026, 1.040 cidadãos passaram a ter oficialmente reconhecida a paternidade perante os Cartórios de Registro Civil do estado. O volume anual saltou de 40 reconhecimentos em 2021 para 246 em 2025, crescimento de quase 515% no período (190 em 2022, 303 em 2023 e 134 em 2024). Somente até 28 de julho deste ano, já haviam sido realizados outros 127 reconhecimentos espontâneos.

O crescimento revela que cada vez mais pais estão buscando regularizar voluntariamente a filiação de seus filhos, garantindo direitos fundamentais que vão muito além da inclusão de um nome na certidão de nascimento. O reconhecimento da paternidade assegura identidade civil completa, direitos sucessórios, acesso à pensão alimentícia, benefícios previdenciários, fortalecimen-

to dos vínculos familiares e maior segurança jurídica para toda a família.

Apesar desse avanço, os dados também mostram que o desafio permanece significativo. Desde 2021, o estado registra, ano após ano, cerca de 4,3 mil crianças apenas com o nome da mãe. Foram 3.698 registros nessa condição em 2021, 4.511 em 2022, 4.469 em 2023, 4.168 em 2024 e 4.659 em 2025. Apenas até 28 de julho deste ano, outras 2.731 crianças já haviam sido registradas sem a identificação paterna. Os números demonstram que milhares de bebês ainda iniciam a vida sem que sua filiação esteja plenamente estabelecida, tornando ainda mais importante facilitar o acesso ao reconhecimento voluntário. Em Cuiabá, são 5.445 no total.

PELA INTERNET

Para ampliar ainda mais esse movimento, os Cartórios de Registro Civil passaram a oferecer, neste ano, uma plataforma eletrônica que permite iniciar o procedimento de reconhecimento voluntário de paternidade pela internet, pelo site Link. A novidade reduz barreiras geográficas, facilita o acesso para famílias que vivem em cidades diferentes e amplia a possibilidade de regularização da filiação sem a necessidade de um primeiro atendimento presencial.

“Os números mostram avanços importantes, mas também revelam que ainda há muitas crianças que iniciam a vida sem a paternidade estabelecida em seu registro. Por isso, é muito importante ampliar o aces-

so à informação e facilitar o reconhecimento voluntário. Cada família que consegue regularizar essa situação representa uma história de direitos garantidos, vínculos fortalecidos e mais dignidade para todos os envolvidos. O compromisso do Registro Civil é facilitar esse acesso para que cada vez mais famílias possam regularizar essa relação de forma simples, segura e gratuita”, afirma a presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Mato Grosso (Anoreg/MT), Velenice Dias de Almeida.

A ferramenta também permite que mães indiquem eletronicamente o suposto pai quando a criança foi registrada apenas com a maternidade estabelecida. Nesses casos, o Cartório encaminha o procedimento para as providências previstas na legislação, preservando todas as garantias jurídicas e os direitos das partes envolvidas.

Desde a implantação da plataforma, mais de mil procedimentos já foram iniciados em ambiente digital, demonstrando a rápida adesão da população à nova modalidade. A expectativa é que a inovação contribua para ampliar ainda mais os reconhecimentos espontâneos nos próximos anos, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

O reconhecimento voluntário pode ser realizado em qualquer fase da vida. Quando o filho é menor de idade, é necessária a concordância da mãe. Se for maior de idade, o consentimento é prestado pelo próprio reconhecido. O procedimento é gratuito e produz os mes-



Nova plataforma digital amplia acesso ao procedimento

de paternidade é gratuito e pode ser realizado em qualquer Cartório de Registro Civil do país, independentemente do local onde foi registrado o nascimento.

Quando o filho é menor de 18 anos, é necessária a concordância da mãe; se for maior de idade, o con-

sentimento é prestado pelo próprio filho. O procedimento também pode ser iniciado pela internet, por meio da plataforma oficial, que permite o envio eletrônico do pedido e o acompanhamento do processo, com posterior conclusão do ato conforme os requisitos legais aplicáveis.

MATUPÁ

OAB entrega mais de uma tonelada de alimentos à Assistência Social

DA REPORTAGEM

A Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Cidadania e Habitação de Matupá recebeu mais de uma tonelada de alimentos arrecadados durante a 8ª Corrida e Caminhada Legal da OAB – 14ª Subseção de Peixoto de Azevedo, realizada no último sábado (15).

Os doativos foram obtidos por meio das inscrições do evento e serão destinados ao atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social no município.

Durante a entrega, a presidente da 14ª Subseção da OAB, Fabiane Lemos, destacou o apoio prestado pela

Prefeitura de Matupá para a realização da corrida e afirmou que a iniciativa também representa uma forma de retribuir a solidariedade da comunidade, que participa ativamente das campanhas promovidas pela entidade.

Além de incentivar a prática esportiva e hábitos saudáveis, a Corrida e Caminhada Legal tem como objetivo desenvolver ações de caráter social, contribuindo com a arrecadação de alimentos para atender pessoas em situação de necessidade. A Secretaria agradeceu à OAB, aos organizadores, participantes e colaboradores que contribuíram para a campanha solidária.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Evento realizado no fim de semana

SANTA CARMEM

Reforma de ponte de 16 metros sobre o Rio Carrapicho

DA REPORTAGEM

A Prefeitura de Santa Carmem está realizando a reforma da ponte de 16 metros sobre o Rio Carrapicho, localizada na Estrada Jair Rodrigues. Os serviços estão em andamento e fazem parte das ações do município para melhorar a infraestrutura e garantir mais segurança e melhores condições de trafegabilidade nas estradas rurais.

Com investimento de aproximadamente R\$ 350 mil, a obra contempla a recuperação da estrutura da ponte, proporcionando maior segurança e durabilidade para o tráfego de veículos e o deslocamento de produtores e moradores que utilizam a estrada.

Durante a execução dos trabalhos, a Estrada Jair Rodrigues permanece interditada no trecho da ponte, sendo necessária a atenção dos usuários e o respeito à sinalização e às orientações das equipes responsáveis pela obra.

A intervenção faz parte do trabalho contínuo da Administração na recuperação



FOTO: DIVULGAÇÃO

Obra recebe investimento de aproximadamente R\$ 350 mil

e manutenção da infraestrutura rural, buscando oferecer melhores condições de acesso e contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do setor produtivo de Santa

Carmem.

A recuperação da ponte sobre o Rio Carrapicho representa mais uma ação voltada à melhoria da infraestrutura do município. A Prefeitura

segue trabalhando na manutenção das estradas e na execução de obras que atendem às necessidades da população e fortalecem a mobilidade na área rural.

L.R.VERDE

Lago Harri Müller recebe mutirão de limpeza

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Um mutirão de limpeza foi realizado na manhã de sábado (15), às margens do Lago Harri Müller, em Lucas do Rio Verde. A ação começou por volta das 7h30 e foi organizada pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em parceria pela Associação de Pilotos Amadores e Aeromodelismo (APAM) e o Grupo de Escoteiros Calango.

As duas instituições são parceiras frequentes da Secretaria em ações ambientais realizadas no município. O secretário Felipe Pallis, ressaltou a importância da ação. “O principal objetivo da ação foi levar uma mensagem de conscientização para a população.

Claro que no final do trabalho a gente recolhe muitos resíduos, então isso também

é importante, porque a gente retira da natureza esses resíduos que estão indevidamente dispostos. Mas o intuito principal é o pedagógico, é a conscientização. É mostrar a importância de manter o ambiente limpo e preservar o meio ambiente”, afirmou.

A presença dos escoteiros também ajudou a levar o tema da preservação ambiental para as crianças, que participaram diretamente da coleta dos materiais. A proposta é que novas ações sejam realizadas em outros pontos de Lucas do Rio Verde, levando o trabalho de limpeza e conscientização para mais locais.

Para a Secretaria de Meio Ambiente, envolver as crianças em atividades como essa ajuda a ensinar, desde cedo, a importância de cuidar dos espaços públicos e da natureza.

FOTO: ANDERSON LIPPI



Ação aconteceu em parceria

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÁ
COMISSÃO ADMINISTRATIVA DE APURAÇÃO DE INFRAÇÕES DE FORNECE-
DORES (CAIF) DECISÃO COLEGIADA

Processo Administrativo de Apuração das Infrações de Fornecedores - PAAIF nº 001/2026 Contrato Administrativo 050/2024 Empresa: VCM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA CNPJ n.º 36.876.503/0001-72 I – Relatório Trata-se de processo administrativo instaurado para apuração de descumprimento contratual pela empresa VCM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, responsável pela execução de obra pública destinada à implantação da rede de abastecimento de água, drenagem pluvial e pavimentação, infraestrutura indispensável para a implantação de conjunto habitacional de interesse social. Considerando que a empresa contratada sagrou vencedora do processo licitatório modalidade Concorrência Eletrônica nº 008/2024. Considerando o Contrato Administrativo nº 050/2024 tem como objeto a execução dos serviços técnicos especializados para a execução das obras e serviços de Engenharia, objetivando a implantação de rede de abastecimento de água, drenagem e pavimentação no Bairro Jardim Vitória II. Com o prazo de execução dos trabalhos de 120 (cento e vinte) dias para o Lote I e para o Lote II o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias. Considerando o valor do presente do termo de contrato que fora de R\$ 5.870.445,53 (cinco milhões, oitocentos e setenta mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos). A ordem de serviço fora expedida no dia 22 de agosto de 2024. Considerando o primeiro aditivo de supressão de valor no dia 13 de novembro de 2024 em decorrência da troca de materiais no valor de R\$ 186.752,92 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos) passando o valor do contrato de R\$ 5.683.692,61 (cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, cento e nove reais e quarenta centavos). Considerando o segundo aditivo do contratual de valor sob a justificativa de alteração de projeto de rede de drenagem e alguns itens que não estavam previsto visando a melhorar a implementação da drenagem no loteamento, valor de acréscimo R\$ 513.869,38 (quinhentos e treze mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta e oito centavos), passando o valor atualizado no percentual de R\$ 6.167.561,99 (seis milhões, cento e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos). Considerando o terceiro aditivo do contrato foi solicitado prorrogação de prazo de execução da obra em 120 (cento e vinte) dias com justificativa de dificuldade de mercado para aquisição dos materiais e que a instalação dos hidrômetros no momento da obra é inviável sua instalação pode ocorrer danificação ou quebra os hidrômetros, visto que a obra está em fase de mobilização de maquinários e serviços de escavação de drenagem e rede de água, passando a ter a vigência até o dia 19 de abril de 2025 Considerando o quarto aditivo contratual de prazo de execução da obra em a solicita a prorrogação da vigência por mais 150 (cento e cinquenta) dias, passando o prazo para o dia 15 de dezembro de 2025. Considerando as notificações 01/02 e 03 do ano de 2024 em que solicita esclarecimentos contra lentidão nos serviços, ausência de funcionários no local de trabalho e solicita providências quanto a execução do lote I que está em atraso a mais de 50 (cinquenta) dias. Considerando a notificação extrajudicial dia 31 de outubro de 2024 em que consta atraso na obra, falta de frente de serviço, o período chuvoso a frente folhas 97 a 107. Considerando as notificações do ano de 2025 em que a fiscal da obra novamente contacta a empresa quanto a paralisação existente em atraso na execução do contrato em 38,53%, ausência de manutenção no canteiro de obras, mat, valas abertas situação como está ajuda a propagar a proliferação de animais peçonhentos e mosquitos aedes aegypti, as valas abertas causam risco a população. Consta ainda que durante a vistoria realizada no mês de janeiro de 2025 a empresa que entrou em recesso no dia 20/12/2024 até o presente momento não retornou com frente de trabalho, conforme relatório fotográfico em anexo. Considerando a justificativa do período de chuva não é suficiente para justificar o atraso da execução da obra, já que no município favorece as condições climáticas não são intensa o período de chuva. Considerando a notificação do ano de 2026 em que a empresa não apresentou evolução satisfatória na execução dos serviços a etapa de Imprimação de vias deveria estar concluída conforme o cronograma físico-financeiro. Considerando a notificação nº 002/2026 apresentada pela fiscal de obra em que registrar e comprovar tecnicamente a existência fis. 146 a 148 a de inconformidades nas execuções dos serviços de meio-fio e sarjeta bem como demonstrar o padrão correto de execução previsto em contrato, planilha orçamentária a fiscal solicita a paralisação imediata dos serviços de meio-fio e sarjeta, a não medição e o não pagamentos dos trechos executados em desacordo com o contrato e solicita ainda a demolição, remoção e reexecução integral dos serviços irregulares. Considerando o prazo contratual inicial de 360 (trezentos e sessenta) dias e em razão dos aditivos de prazo, totalizando 600 (seiscentos) dias de vigência para execução da obra prazo final fixado em 14 de abril de 2026. Porém, o ritmo da execução da obra indica que não será finalizada até o término do prazo contratual vigente. Considerando o memorando nº 010/2026 do dia 29 de janeiro de 2026 elaborado pela fiscal da obra em que aborda o Relato técnico, histórico de fiscalização e rescisão contratual. Considerando que o memorando relata que a vitória técnica programada da Caixa Econômica Federal tem como objetivo constar a conclusão da etapa de pavimentação asfáltica, condição está necessária para a formalização dos contratos e início das obras das unidades habitacionais, porém a obra não está concluída e nem apta para aprovação. Considerado que no período de execução fora registrado o número insuficiente de colaboradores no canteiro de obras, registrado em relatórios de fiscalização e havia dias que não tinha nenhum colaborador na obra cenário incompatível com o porte e complexidade da obra. Conforme relatórios de fiscalização, medições da obra e demais documentos constantes dos autos, verificou-se atraso significativo na execução contratual, constatando-se que a obra não atingiu 50% (cinquenta por cento) da execução prevista no cronograma físico-financeiro, comprometendo o prazo contratual e a consecução do objeto. Considerando o ofício do Departamento de Engenharia nº 010-2026 em que relata que no dia 20 de janeiro de 2026 foi realizada reunião com o Secretário de Administração, Secretário de Finança, Prefeito, Procurador Jurídico, Fiscal da Obra e representantes da empresa contratada que em decorrência da reunião ficou identificada da instauração do procedimentos administrativos cabíveis, tendo em vista que a empresa já havia interrompido a execução obra, permanecendo sem atividade por vários dias, sem apresentação de justificativa forma, solicitação de suspensão ou autorização da Administração Pública, caracterizando paralisação da obra. Considerando o comunicado interno do gestor de contrato ao Prefeito Municipal em que solicita autorização para a aplicação de multa de rescisão contratual e despacho do chefe do executivo autorizando a aplicação da penalidade. Considerando o termo de rescisão do contrato administrativo nº 050/2024 datado no dia 06 de fevereiro de 2026, e publicação do Diário Oficial de Justiça nº 29.171. Considerando a notificação extrajudicial data no dia 10 de março de 2026, devidamente encaminhada via e-mail a empresa processada. Considerando a solicitação de cálculo de multa contratual devidamente encaminhada ao setor de contabilidade e documentos referentes ao cálculo da DAM – Documento de Arrecadação Municipal no valor de R\$ 287.782,09 (duzentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais e nove centavos). Considerando a portaria PAAIF nº 001/2026 do dia 15 de junho de 2026, que instaura o processo administrativo em desfavor a empresa processada, devidamente público na AMM jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso nº 5010 do dia 16 de junho de 2026. Considerando a notificação do PAAIF devidamente encaminhada para empresa garantido a ampla defesa e o contraditório, devidamente encaminhada via e-mail fl. 209. Considerando a defesa administrativa apresentada tempestivamente folhas 211 a 223. Considerando a ata de reunião da comissão administrativa de apuração de infração de fornecedores realizada no dia 02 de julho de 2026 às 08:00 horas na sala de reunião, em que a comissão recebeu a defesa administrativa e demais documentos e fora concedido o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar a ata notarial. Considerando a juntada da ata notarial folhas 230 a 244 dentro do prazo concedido. Dito isso, a comissão administrativa de apuração de infrações de fornecedores reuniu no dia 14 de julho de 2026 às 08:00 horas para analisar o teor ata notarial de conversas de WhatsApp entre os representantes da empresa e o Prefeito em Exercício. Considerando o teor das alegações apresentada pela empresa contratada foi oportunizado em reunião como a comissão administrativa no dia 14 de julho de 2026 ficou deliberado que o Vice-Prefeito a ata notarial de sua conversa com a empresa contratada e assim o fez folhas 248 a 250. E o relatório II – Da Fundamentação e Análise do Processo Administrativo 1. Da Competência A Comissão Administrativa de Apuração das Infrações de Fornecedores CAIF possui competência para apurar irregularidades decorrentes da inexecução parcial ou total das obrigações assumidas pelo fornecedor na execução contratual, bem como para aplicar ou propor as penalidades administrativas cabíveis, observados os limites estabelecidos na Instrução Normativa nº 01/2022. Dito isso, nos termos dos arts. 31 e 32 da Instrução Normativa nº 01/2022, compete à CAIF receber os elementos encaminhados pelo Gestor do Contrato, instruir o Processo Administrativo de Apuração das Infrações de Fornecedores – PAAIF, apurar os fatos em sua extensão e fundamentar a aplicação das penalidades administrativas adequadas à infração. No caso em exame, o presente PAAIF foi instaurado por meio da Portaria PAAIF nº 001/2026, de 15 de junho de 2026, devidamente publicada no Diário Oficial, tendo a empresa VCM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA sido regularmente identificada da instauração do procedimento. Consta dos autos que a empresa apresentou defesa administrativa tempestivamente, exercendo efetivamente o direito ao contraditório e à ampla defesa. Posteriormente, a Comissão oportunizou a juntada de novos elementos probatórios, tendo sido apresentada ata notarial dentro do prazo concedido. A documentação foi analisada pela Comissão, inclusive os registros de conversas mantidas entre representantes da empresa e agentes públicos. Dessa forma, verifica-se que o procedimento observou, em sua essência, as garantias do devido processo administrativo, notadamente o contraditório, a ampla defesa, o direito à produção de provas e a possibilidade de manifestação sobre os elementos constantes dos autos. A própria Instrução Normativa assegurou ao fornecedor o direito de juntar documentos, provas e pareceres, requerer diligências e apresentar alegações, determinando que os elementos probatórios sejam considerados e valorados na motivação da decisão. Assim, não se verifica, a partir dos elementos constantes dos autos, prejuízo ao exercício da defesa pela empresa processada. 2. Da materialidade das infrações contratuais É importante salienta que a materialidade das irregularidades encontra-se suficientemente demonstrada pelo conjunto documental produzido durante a execução contratual, especialmente pelos relatórios de fiscalização, notificações administrativas e extrajudiciais, medições, registros fotográficos, memorandos, comunicações oficiais, cronogramas físico-financeiros e demais documentos juntados aos autos. Em suma o Contrato Administrativo nº 050/2024 tinha por objeto a execução de obras e serviços de engenharia destinados à implantação de rede de abastecimento de água, drenagem e pavimentação no Bairro Jardim Vitória II, obra de relevante interesse público, especialmente por sua vinculação à implantação de conjunto habitacional de interesse social para os municípios de Nova Ubitatá. O conjunto probatório evidencia que, durante a execução contratual, foram registradas reiteradas ocorrências de atraso, redução ou ausência de frentes de trabalho, insuficiência de mão de obra, paralisações, ausência de ev-

lução satisfatória dos serviços e execução de determinados serviços em desconformidade com os padrões técnicos e contratuais estabelecidos. As ocorrências não se limitaram a episódio isolado, são reiterados episódios desde a contratação. Ao contrário, os documentos de fiscalização demonstram a existência de sucessivas comunicações dirigidas à contratada, com solicitação de providências para regularização da execução, sem que as medidas adotadas pela empresa fossem suficientes para restabelecer o ritmo contratual compatível com o cronograma estabelecido. 3. Do atraso reiterado e da inexecução contratual A execução de obra pública pressupõe o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a disponibilização de recursos humanos, materiais e equipamentos suficientes para garantir a continuidade dos serviços. No presente caso, os relatórios de fiscalização demonstram que a execução da obra permaneceu significativamente aquém do cronograma previsto. Consta dos autos, inclusive, que a execução não alcançou 50% (cinquenta por cento) do percentual previsto para determinado período do cronograma físico-financeiro, circunstância que comprometeu diretamente o cumprimento do objeto e a finalidade pública da contratação. Também foram registrados períodos em que não havia colaboradores no canteiro de obras, cenário incompatível com a natureza, porte e complexidade da contratação. Dessa forma, a Administração, por intermédio da fiscalização, realizou sucessivas notificações e advertências, buscando oportunizar à contratada a correção das irregularidades e a retomada do ritmo adequado de execução. Todavia, mesmo após as comunicações administrativas, o comportamento contratual não apresentou evolução suficiente para afastar o inadimplemento. A Instrução Normativa nº 01/2022 estabelece que o contratado que descumprir total ou parcialmente as obrigações assumidas estará sujeito às sanções administrativas previstas na legislação, no edital e no contrato. O contrato administrativo nº 050/2024 firmado entre as partes estabelece a seguintes sanções administrativas, vejamos: 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que: 12.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato; 12.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame; 12.1.3. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superv

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026

Objeto: Pregão Eletrônico com Registro de Preços para aquisição de material permanente (cadeira ginecológica automática). para atender a demanda das unidades de saúde da secretaria municipal de saúde do município de Lucas do Rio Verde – MT. Empresa vencedora valor total: R\$ 314.380,00 (trezentos e quatorze mil e trezentos e oitenta reais); MARTECMED INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (00625332000161) com o item: 1 no valor total de R\$ 314.380,00 (trezentos e quatorze mil e trezentos e oitenta reais).

Lucas do Rio Verde – MT, 17 de agosto de 2026.

Sirlei Amaro da Silva
Agente de Contratação



AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE EDITAL
RETIFICADO

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026 - RETIFICADO

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através de seu Agente de Contratação, nomeado pela Portaria Municipal nº 1040 de 28 de abril de 2026, faz saber que se encontra disponível o Edital Retificado da Licitação na Modalidade de Concorrência Pública, regida pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 111/2023, para seleção da melhor proposta, objetivando: **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ESTRADA VICINAL DO TRAVESSÃO 07, LOCALIZADA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CACHIMBO II NO DISTRITO UNIÃO DO NORTE, CONFORME CONVÊNIO 984499/2025/MAPA E MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS, PROJETOS E TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO”**. A nova data da Sessão será dia **25/09/2026 - Horário: 08:30 horas** (horário de Brasília). O acolhimento das propostas eletrônicas será: das 08:00h do dia 18/08/2026 às 23:59h do dia 24/09/2026 através do site www.bli.org.br. O Edital Retificado Completo poderá ser baixado gratuitamente nos seguintes endereços eletrônicos: www.peixotodeazevedo.mt.gov.br, www.bli.org.br ou pelo link: <https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1>.

Peixoto de Azevedo/MT, 17 de agosto de 2026.

EMERSON NUNES FREITAS
Agente de Contratação
Port. 1040/2026

ESTADO DE MATO GROSSO
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
SOCIAL E AMBIENTAL ALTO TELES PIRES - CIDESA
AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Alto Teles Pires – CIDESA, por meio do pregoeiro designado, comunica aos interessados a suspensão do certame, em razão da necessidade de adequação dos descritivos, visando assegurar a regularidade e a adequada condução do certame.
Sorriso/MT, 17 de agosto 2026.

Eduardo Henrique Correia Miller
Pregoeiro

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

O Município de Ipiranga do Norte – MT, através de sua Pregoeira Oficial, designada através da Portaria Municipal n.º 096/2026, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, torna público que se consagrou vencedoras do Pregão Eletrônico n.º 020/2026, referente à “Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Higiene e Limpeza para as Diversas Secretarias do Município de Ipiranga do Norte - MT”, as seguintes Empresas: 1) BRASIL MIX DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 57.378.458/0001-04, vencedora dos itens n.º 01, 02, 13, 19, 26, 30, 63, 74, 75, 79 e 88, com valor total de R\$ 106.628,34 (cento e seis mil e seiscientos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos). 2) MOSAICO DISTRIBUIDORA ATACADO E ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 26.148.070/0001-85, vencedora dos itens n.º 03, 04, 05, 12, 14, 15, 18, 22, 27, 29, 31, 37, 42, 43, 47, 49, 53, 54, 62, 64, 70, 71, 76, 77, 82, 83, 84, 86, 87, 92 e 94, com valor total de R\$ 186.461,95 (cento e oitenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos). 3) NOVA VERT SOLUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 63.737.540/0001-72, vencedora dos itens n.º 06, 07, 08, 09, 11, 23, 25, 39, 41, 48, 50, 58, 59, 65, 72, 73, 80, 81, 85, 95, 97, 98, 99 e 100, com valor total de R\$ 109.304,97 (cento e nove mil e trezentos e quatro reais e noventa e sete centavos). 4) SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 26.877.656/0001-80, vencedora dos itens n.º 10, 21, 40, 45, 46, 51, 52, 56, 61, 67 e 91, com valor total de R\$ 100.217,19 (cem mil e duzentos e dezessete reais e dezenove centavos). 5) MOTTIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 20.847.096/0001-35, vencedora dos itens n.º 17, 24, 28, 55, 60, 66, 78 e 90, com valor total de R\$ 11.121,91 (onze mil e cento e vinte e um reais e noventa e um centavos). 6) VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.229.567/0001-86, vencedora dos itens n.º 32 e 33, com valor total de R\$ 55.600,00 (cinquenta e cinco mil e seiscientos reais). 7) SBORCHIA FÁBRICA DE PAPEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 10.199.538/0001-20, vencedora dos itens n.º 34, 35, 36, 38, 68 e 93, com valor total de R\$ 146.462,48 (cento e quarenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos). 8) MARTINS & MARTINS NETO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 13.338.773/0001-24, vencedora dos itens n.º 44, 57, 89 e 96, com valor total de R\$ 24.355,90 (vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos). Os itens n.º 16, 20, 69 restaram-se fracassados.

Ipiranga do Norte – MT, 17 de Agosto de 2026.

Ane Kelly Ribeiro Pitteri
Pregoeira Municipal

LUXPRIME ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA – CNPJ: 63.479.805/0001-80, torna público que requereu a junto a SAMA/SORRISO/MT, as Licenças Previa, Instalação e Licença de Operação, com atividade: 45.20-0-05-Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores, localizado AV. CLAUDIO FRANCIO, nº 1605 – PORTO ALEGRE, no município de Sorriso/MT, não foi determinado EIA-RIMA.

VALDECIR KOZAK – CPF: 831.626.581-87, torna público que requereu a junto a SAMA/SORRISO/MT, as Licenças Previa e Instalação, com atividade: 4520-0/01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, localizado AVENIDA PORTO ALEGRE, nº 545 – PORTO ALEGRE, no município de Sorriso/MT, não foi determinado EIA-RIMA.

BONANZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ 52.068.253/0001-09, instalada na Rua Dr. Claudimiro M. de Carvalho, Qdr.08, Lt.30, Residencial Carandá Bosque, CEP 78.553-569, Sinop-MT, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Sinop/MT, a Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, para atividades de Serviço de Manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, Responsável Técnica Engenheira Agrícola e Ambiental Catiane Alcantara Tiesen, Fone: (066) 99989-3784.

FÁBRICA TELAS SINOP LTDA, CNPJ 12.055.135/0001-33, instalada na Rua Bernardo Brustolon, n 192, Bairro LIC Norte, Sinop-MT, torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL de Sinop/MT, a Renovação da Licença de Operação para atividades de Serviços de confecção de armações metálicas para a construção, Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série ou sob encomenda, Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente. Engenheira Agrícola e Ambiental Catiane Alcantara Tiesen. Fone: (066) 99989-3784.

DEL MORO & DEL MORO LTDA, CNPJ: n.º 00.877.761/0011-06 torna público que requereu junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Mineração e Turismo-SEMA as Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), para as atividades de: 47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados;10.91-1-02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria. Endereço: Avenida Lions Internacional S/N, Centro-Novo, Peixoto de Azevedo /MT. Não foi determinado EIA/RIMA. (Engº Florestal Ane C. Barceli 66-999766751).

Requerimento de Licença Prévia e de Instalação
SANTA INACIA ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 39.226.951/0001-19, torna público que requereu junto à SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Licença Prévia e Licença de Instalação para as atividades de Reciclagem de Resíduos Classe II, Armazenamento Temporário de Resíduos Classe I (perigosos), localizada no município de Sinop/MT.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO
AVISO DE RESULTADO DO LEILÃO Nº 001/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO LEILÃO Nº 001/2026, cujo objeto é: O PRESENTE LEILÃO TEM POR OBJETO A VENDA DOS BENS DO PATRIMÔNIO DO COMITENTE VENDEDOR, DESAFETADOS DA FINALIDADE ORIGINÁRIA E RELACIONADOS NO ANEXO I, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIA DE NENHUMA ESPÉCIE, E REALIZAR-SE-Á COM ESTRITA OBSERVÂNCIA DA LEI DAS LICITAÇÕES Nº 14.133/2021, SUAS ALTERAÇÕES E DESTE EDITAL. Após a realização do certame, foram:

ARREMATANTE	CNPJ/CPF
SUCATA FORTE METAIS LTDA	31.195.713/0001-81
MAURILIO RATTS DE FREITAS	*.177.121-
PRESSER SOLUÇÕES AMBIENTAIS, RECICLAGEM LTDA	02.518.930/0001-67
GFA ENGENHARIA LTDA	46.269.381/0001-00
CICERO JOSÉ DOS SANTOS	*.277.339-
JUNIOR PEÇAS, ONIBUS E CAMINHÕES LTDA	37.173.127/0001-12
CHINA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA	40.580.618/0001-92
ADAIR GOMES DE MENEZES	*.417.471-
ROBES ROSA FERREIRA	*.705.179-
MARIA EDNA LIMA VIEIRA	*.570.319-
INÁCIO TRATORES LTDA	55.999.173/0001-57
LB DISTRIBUIDORA LTDA	42.078.149/0001-33
WALISON WOLFF DA SILVA	*.506.301-
TRATORKAT SERVIÇOS PEÇAS E MÁQUINAS LTDA	02.121.703/0001-01
VALCI AMARAL COSTA	*.984.706-
K2 LOCADORA E TRANSPORTES LTDA	31.537.750/0001-20
MAYCON ANTONIO VICENTE ACESSORIOS LTDA	31.842.212/0001-40
RODRIGO PAULO MACHADO	*.695.921-
DAVI ANTONIO MARQUES	*.599.529-
ERISTON DE SÃO LEAO BARBOSA	*.595.735-
ANTONIO RIBEIRO DE PAIVA	*.006.086-
MARCIO SIDNEY DE OLIVEIRA	*.687.782-
ISABELLA CABRAL DE BRITO MOTA	*.997.407-
CENTRO SUL COMERCIO DE PEÇAS USADAS LTDA	20.400.492/0001-10
DAVID FIGUEIREDO CARDOSO	*.661.421-

Os respectivos lotes, bens e valores de arrematação constam dos documentos

Avenida Noêmia Dal Molin já está interligada à MT-560

SORRISO. Com o novo acesso, estrada de terra alternativa foi fechada

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Avenida Noêmia Dal Molin já está interligada à MT-560, em Sorriso. Por isso, a partir desta semana, ela será a única via de acesso à rodovia estadual na Zona Oeste. As equipes da Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Saneamento (Sintra) já fecharam o acesso a uma estrada de terra alternativa na região aos fundos do Jardim Carolina.

Para evitar qualquer tipo de acidente, o local será devidamente sinalizado pela Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil. Além do fechamento do acesso e sinalização, equipes da Sintra também removerão a ponte de madeira que existe na estrada de terra, sobre o Córrego Gonçalves, inviabilizando, desta forma, a utilização da rota.

“É uma solicitação antiga dos moradores da região, e uma das condicionantes para que pudéssemos prolongar a Noêmia até a MT-560: eliminar este acesso alternativo, trazendo assim mais segurança aos condutores e colocando fim ao problema da poeira no local”, destaca o titular da Sintra, Milton Geller.

Completa, a obra de expansão e pavimentação da Noêmia Dal Molin resultou na pavimentação de uma área total de 10.152 m².

O investimento neste trecho foi de R\$ 2 milhões

para pavimentar 540 metros de pista dupla. Cada pista da via conta com 9,4 metros de largura, com um canteiro central de 6 metros. Vale reforçar que a via também recebeu drenagem, garantindo assim a captação das águas no período das chuvas.

“A Noemia tem todas as condições de servir como acesso à MT-560, com as dimensões adequadas e todos os dispositivos de segurança necessários”, afirma o gestor da Semsep, Nerci Adriano Denardi, reiterando que a eliminação da via alternativa é fundamental para evitar acidentes no local.

CAMPEÃ OLÍMPICA

A campeã olímpica Jaqueline Silva, um dos maiores nomes da história do vôlei de praia brasileiro, estará em Sorriso nesta terça (18) para participar de atividades promovidas pelas secretarias de Educação e de Esporte, Lazer e Juventude.

A visita integra a programação que antecede a realização do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia (CBVP) Challenger, que será disputado no município entre os dias 20 e 23 de agosto.

Durante a passagem por Sorriso, Jaqueline participará de uma palestra voltada a professores e gestores da rede municipal de ensino e comandará uma clínica esportiva para alunos de projetos selecionados pelas se-

cretarias.

Primeira mulher brasileira a conquistar uma medalha de ouro olímpica em uma modalidade coletiva, Jaqueline tornou-se referência nacional no esporte

e ajudou a consolidar o vôlei de praia brasileiro no cenário internacional.

As ações fazem parte das atividades de divulgação e integração do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia

Challenger, competição promovida pela Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), que reunirá 64 atletas de diversos estados do país em Sorriso.

Na programação, pales-

tra para professores e gestores nesta terça, às 13h, no Auditório da Faculdade Atenas Sorriso e na clínica esportiva para alunos de projetos selecionados, às 16h, na Arena Villa Romana.



FOTO: DIVULGAÇÃO

Avenida interligada à MT-560



Amazônia

Seguros



Todo tipo de seguro a gente faz!





 (66)99985-4325
 @amazoniaseguros
 www.amazoniaseguros.com.br
 Av. Gov. Júlio Campos, 1245
St. Comercial, Sinop - MT

